

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM  
CAMPUS PALMEIRA DAS MISSÕES  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EAD EM GESTÃO DE ORGANIZAÇÃO  
PÚBLICA EM SAÚDE

ALÉXIA VITÓRIA THOMÉ DORNELES

**EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA DIMENSÃO DA PROMOÇÃO DA  
SAÚDE: REVISÃO NARRATIVA**

Sapucaia do Sul, RS

2022

Aléxia Vitória Thomé Dorneles

**EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA DIMENSÃO DA PROMOÇÃO DA  
SAÚDE: REVISÃO NARRATIVA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.

Orientador(a): Enf.<sup>a</sup> Prof.<sup>a</sup> Dra. Marta Cocco da Costa

Sapucaia do Sul, RS

2022

Aléxia Vitória Thomé Dorneles

**EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA DIMENSÃO DA PROMOÇÃO DA  
SAÚDE: REVISÃO NARRATIVA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização em Gestão de Organização Pública em Saúde, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão de Organização Pública em Saúde.

Aprovada em 11 de agosto de 2022:

---

**Marta Cocco da Costa, Enfa. Dra. (UFSM)  
(Presidente/Orientadora)**

---

**Ethel Bastos da Silva, Enfa. Dra. (UFSM)**

---

**Jaqueline Arboit, Dra. (UFSM)**

Sapucaia do Sul, RS

2022

## RESUMO

### EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS NA DIMENSÃO DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: REVISÃO NARRATIVA

AUTORA: Aléxia Vitória Thomé Dorneles

ORIENTADORA: Marta Cocco da Costa

Objetiva-se, na concepção presente artigo, tecer reflexões sobre a educação sexual nas escolas na dimensão da promoção da saúde, e como objetivos específicos, contextualizar como o Ministério da Saúde e da Educação abordam o tema da educação sexual; identificar quais as políticas públicas que versam sobre a Educação Sexual e ações que têm sido desenvolvidas nas escolas relacionadas a esse tema. Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo narrativo, em referência às vivências acadêmicas e práticas em sala de aula de uma licenciada em ciências biológicas. Percebe-se que na mesma medida que existem programas e projetos desenvolvidos pelos governos, federal e estadual, no qual centenas ou milhares de instituições estão vinculadas, ainda encontram-se muitas lacunas na aplicação e desenvolvimentos dos mesmos. Evidenciou-se que o governo encara esse tema com importância, no qual o Ministério da Saúde vem desenvolvendo propostas e parcerias com o Ministério da Educação. Embora as estratégias do Ministério da Saúde e da Educação sejam bem desenvolvidas teoricamente, contudo, nem sempre a escrita é efetiva na atuação prática.

**Palavras-chave:** Educação sexual. Jovens. Adolescentes. Programas de saúde. Promoção de saúde. Escolas.

**ABSTRACT****SEX EDUCATION IN SCHOOLS IN THE DIMENSION OF HEALTH PROMOTION:  
NARRATIVE REVIEW**

AUTHOR: Aléxia Vitória Thomé Dorneles

ADVISOR: Marta Cocco da Costa

The purpose of this article is to reflect on sex education in schools in the dimension of health promotion, and as specific objectives, to contextualize how the Ministry of Health and Education approach the issue of sex education; identify which public policies deal with Sexual Education and actions that have been developed in schools related to this theme. It is a bibliographic study of the narrative type, in reference to the academic and practical experiences in the classroom of a graduate in biological sciences. It can be seen that to the same extent that there are programs and projects developed by the federal and state governments, in which hundreds or thousands of institutions are linked, there are still many gaps in their application and development. It was evident that the government views this issue with importance, in which the Ministry of Health has been developing proposals and partnerships with the Ministry of Education. Although the strategies of the Ministry of Health and Education are well developed theoretically, writing is not always effective in practice.

**Keywords:** Sex education. Young. Teens. Health programs. Health promotion. Schools.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2</b>	<b>CONSTRUÇÃO REFLEXIVA</b> .....	6
2.1	PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL .....	6
2.2	PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL .....	10
2.3	AÇÕES DESENVOLVIDAS QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS .....	14
<b>3</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	17
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	19

## 1 INTRODUÇÃO

Ao falar de educação sexual, várias são os tabus e preconceitos imaginados por parte dos responsáveis pelos discentes, pelo corpo docente, e também pelos os alunos, o meio acadêmico e as políticas públicas (MAIA; RIBEIRO, 2011). Contudo, discutir sobre esse tema também é dialogar sobre valores, respeito com si próprio e com o próximo, também em relação à sua saúde e dos demais, o bem-estar e portanto qualidade de vida de todos. Vale ressaltar que saúde também é a promoção da mesma, bem como, a proteção e sua recuperação física e mental (VIEIRA et al., 2017).

A escola é um local de grande influência na formação dos jovens e, portanto, no seu processo de construção enquanto ser humano e parte da sociedade. No que tange à educação sexual, ela se faz presente nas no meio escolar desde 1928. princípio religioso e valores morais eram marcantes e fortes na presente década, sendo assim, a sexualidade era relacionada a questões de higiene e com o enfoque em controlar e repreender (SANTOS, 2021).

Vale ressaltar a relevância da educação sexual para além das Infecções Sexualmente Transmissíveis ISTs, evidenciando que ao discutir o presente tema também pode-se promover a prevenção de casos de violência sexual e abuso entre crianças e adolescentes (PROVENZI, 2020), bem como a gravidez indesejada, entre outros.

Segundo pesquisa do Ministério da Saúde juntamente com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2019) o número de brasileiros que contraíram Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) no respectivo ano foi de aproximadamente 1 milhão. De acordo com indicadores do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DataSUS), juntamente com a Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (Fundace), somente em uma região do Brasil, foram gastos mais de R\$10.81 milhões em internações por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), nos anos de 2008 e 2017, no qual 96.2% deste valor foram destinados a pacientes com o vírus HIV.

Tendo em vista a quantidade de dinheiro gasto pelo governo para com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), no seu tratamento e em campanhas de

prevenção, sendo elas sífilis, clamídia, tricomoníase, herpes genital, além das hepatites virais B e C e, principalmente o vírus HIV/AIDS. Entretanto, o número de casos de infectados só cresce ao longo dos anos.

Nesta perspectiva, pode-se considerar o tema em questão de extrema relevância e necessidade de discussão para o cenário da sociedade atual. Assim como, o ambiente escolar pode-se ser considerado um espaço privilegiado para falar de educação sexual, visto que, no qual, podem ocorrer discussões amplamente a respeito de qualquer temática. Dessa forma, tem-se a intenção de sensibilizar gestores, profissionais e professores para desenvolverem ações e programas que abordem o assunto e, também, auxiliar na sua instrumentalização.

Com isso, o presente artigo tem por objetivo geral: *tecer reflexões sobre a educação sexual nas escolas na dimensão da promoção da saúde*, e como objetivos específicos: *contextualizar como o Ministério da Saúde e da Educação abordam o tema da educação sexual; identificar quais as políticas públicas que versam sobre a Educação Sexual e ações que têm sido desenvolvidas nas escolas relacionadas a esse tema*.

Para o desenvolvimento do presente artigo revelou-se necessário o estudo sobre temas específicos direcionados a Educação Sexual, a promoção da saúde e as políticas públicas, em especial no Brasil. Com isso, optou-se por estudo bibliográfico do tipo narrativo. Tal interesse no assunto surgiu por meio das vivências acadêmicas de uma licenciada em ciências biológicas e a sua experiência durante as práticas em sala de aula. Para isso, serão analisados e utilizados estudos acadêmicos e científicos obtidos por meio de bibliotecas digitais, como Scielo, dando-se preferência para obras nacionais e recentes.



## **2 CONSTRUÇÃO REFLEXIVA**

### **2.1 PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL**

Sendo o propósito do Ministério da Saúde melhorar a qualidade de vida da população brasileira, proporcionando meios que venham a recuperar e proteger a saúde da população, através do controle e redução de doenças e aprimorando a vigilância da saúde. De acordo com o próprio Ministério da Saúde, neste trecho retirado da Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências 737/2001, Anexo 1 (2001):

Os adolescentes e jovens com atividade sexual iniciada cada vez mais precocemente, e desprotegida, apresentam consequências sérias como as Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), a Aids, o aborto e a gravidez não planejada, elevando a mortalidade materna já relevante no contexto nacional e em outros países em desenvolvimento. Soma-se a isso o aumento da exploração sexual decorrente de necessidade econômica e de sobrevivência desses indivíduos. Agravando essa situação, registra-se a falta de orientação adequada e o despreparo da escola, dos serviços de saúde e da sociedade em lidar com a questão da sexualidade.

Com isso, pode-se observar a forma como o Ministério da Saúde compreende e encara a sexualidade dos jovens como algo não natural do desenvolvimento do ser humano, ou seja, algo provocado resultante da criação ou da incapacidade das instituições de ensino.

De acordo com a Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL, 2018, s/p), no Brasil, “jovens de todo o mundo estão começando a vida sexual cada vez mais cedo” e a principal razão para este fato se deve ao motivo da carência de programas de educação sexual nas escolas e também políticas que visem a promover a saúde reprodutiva.

Contudo, é de conhecimento público que o Ministério da Saúde e da Educação possuem um projeto, em parceria, denominado Programa Saúde na Escola (PSE). O seguinte programa tem como objetivo desenvolver atividades, nas escolas de todo Brasil, que promovam a saúde dos adolescentes e a prevenção de doenças. O referido projeto comemorou recentemente 15 anos de duração. De acordo com o Ministério da Saúde, cerca de 97% dos municípios brasileiros participam do programa. O PSE é uma política nacional e, também, a ação mais

consolidada no que cabe à educação sexual nas escolas. Entretanto, o mesmo é flexível quanto a forma que o programa será aplicado pelas instituições. Bem como, a maneira em que cada município enxerga o PSE, sua importância e prioridade para com os jovens, é essencial para a sua eficácia. De acordo com a cartilha produzida pela Organização Pan-Americana da Saúde em parceria com o Ministério da Saúde, no ano de 2017 (p.53):

Hoje, muitas escolas implementam o PSE de forma conservadora. Palestras e outras atividades não alcançam as reais dimensões elaboradas para as questões de saúde sexual e reprodutiva. Os municípios não propõem grandes iniciativas para a capacitação dos profissionais e não investem no potencial da integralidade do cuidado, da educação integral em tempo integral.

Nesse contexto, ainda que o Brasil seja considerado um país laico, que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa, de acordo com Sfair e colaboradores (2016, p 623), nos anos de 1928 e 1930 propostas de incluir esse assunto no meio escolar e departamentos foram aprovados a partir do Congresso Nacional. Porém, não foram efetivas por discordância de partes mais conservadoras da sociedade, em particular a Igreja Católica.

Outro fator a ser ressaltado, foi constatado pela CEPAL que “a média de fertilidade de adolescentes entre 15 e 19 anos (76,2:1000) é expressivamente maior que a média mundial (52,6)” (Comissão Económica para a América Latina e Caribe, 2008). O que vem de encontro com informações obtidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, no que indica que o índice de evasão escolar decorrentes de problemas de saúde é de 52%, sendo eles a gravidez na adolescência, familiar ou o próprio aluno (Organização Pan-Americana da Saúde, 2017, p. 53).

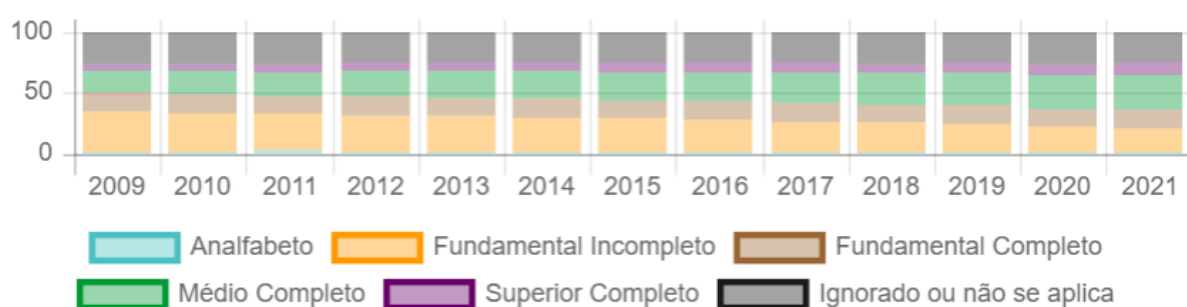
Conforme a SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática, no que cabe aos jovens que frequentam o 9º ano do ensino fundamental no ano de 2015 e já tiveram relação sexual, no Brasil, e de 36% entre o sexo masculino e 19,5% no feminino. Quanto à dependência administrativa da escola, 29,7% são de escola pública, enquanto 15% são de instituições privadas.

Outra pesquisa realizada pela CEPAL, publicada no ano de 2017, “a América Latina e o Caribe se destacam no âmbito mundial pelos altos índices de gravidez não desejada entre adolescentes. A isso se soma um aumento sustentado e significativo da fecundidade adolescente não planejada ou desejada” (Comissão

Económica para a América Latina e Caribe, 2017). Confirmado, também, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), no ano de 2018, no que se refere ao percentual de adolescentes grávidas no Brasil, a cada mil meninas ocorreram 68,4 nascimentos, na faixa etária de 15 a 19 anos (Pan American Health Organization, United Nations Population Fund e United Nations Children’s Fund, 2017). Segundo Santos e autores (2019, p. 196) “uma porcentagem alarmante que supera a taxa sul-americana de 65,5 nascimentos e está muito além da taxa mundial de 46 nascimentos para cada mil meninas”.

Ainda que os números venha se reduzindo com o passar das décadas, entre os anos de 1995 e 2000 o percentual registrado pela an American Health Organization, United Nations Population Fund e United Nations Children’s Fund foi de 83.3 nascimentos a cada mil jovens de 15 a 19 anos, vale ressaltar a mudança social e cultural que ocorreu e vem acontecendo no decorrer dos anos em relação a forma como a mulher é vista e se vê quanto parte e papel na sociedade podem ser fatores em influenciaram na redução desses índices. Contudo, é possível evidenciar, concomitantemente, que com o nível de tecnologia e acesso à informação que os jovens possuem, os altos números evidenciados provocam questionamentos em relação ao programa que vem sendo desenvolvido, PSE, suas falhas e também a necessidade de pesquisas mais aprofundadas. Levando em consideração que, conforme o Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS, no ano de 2021, a maior concentração de casos notificados pelo SINAN de acordo com a Escolaridade foi observada no Ensino Médio: 28.5. Quando comparado aos anos anteriores, observa-se aumento nas taxas (Tabela 1).

Tabela 1: Distribuição Percentual dos Casos de AIDS Notificados no SINAN por Escolaridade.



Fonte: Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2021.

Conforme a cartilha produzida pela Organização Pan-Americana da Saúde em parceria com o Ministério da Saúde, no ano de 2017, Saúde e Sexualidade de Adolescentes, uma das maiores preocupações relacionados à educação sexual enfrentados pelo ministério da saúde está em como reduzir os índices de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) entre os jovens com práticas homossexuais, na faixa etária de 13 a 19 anos. De acordo com os mesmos, um ponto central nessa questão pode ser o fato de a formação médica não incluir muitos materiais relacionados à sexualidade, “não existem muitas oportunidades em que os alunos possam aprender sobre a sexualidade de modo dialogado, aberto e não normatizador. A discussão dessa temática em relação à prática assistencial é escassa” (Organização Pan-Americana da Saúde, 2017, p. 36-37).

Um ponto importante no PSE é o treinamento dos profissionais e, também, seus valores morais. O PSE deve ser realizado por meio da parceria entre a Unidade Básica de Saúde e a escola, sendo assim contemplados pelo programa os pais e os alunos. Pois, segundo Mendes e Costa (2017, p.12) “a unidade básica de saúde é um ambiente favorável para a promoção da saúde dos pacientes, pois pode orientar e conscientizar a tomada de decisões e na conduta sexual deles”. Contudo, fatores como a orientação sexual ou o gênero do paciente não devem interferir no tratamento do paciente, independentemente do julgamento do profissional que o está atendendo. Ressalta a Organização Pan-Americana da Saúde (2017) “com isso, perdem-se oportunidades de atender às necessidades desses pacientes adolescentes, de prevenir os agravos e de promover a saúde”.

## 2.2 PRERROGATIVAS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO QUE TANGE A EDUCAÇÃO SEXUAL

Não é de hoje que o comportamento humano face a libido tem sido visto como um problema de saúde pública. De acordo com a história, a educação sexual se originou no início do século XX, essa iniciativa foi iniciada com o intuito de controlar Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), principalmente a doença sífilis, que se encontrava em disseminação vasta e rápida na época (SFAIR et al., 2015) e posteriormente o aparecimento da AIDS. Pode-se perceber que a origem da educação sexual não resulta da importância desse assunto quanto para o desenvolvimento do próprio indivíduo em si, mas sim das consequências desses atos quando cometidos, como, por exemplo, a gravidez na adolescência, e até mesmo o uso de drogas.

Cicco e Vargas (2012, p. 12 apud Altmann, 2007), por sua vez, descrevem que o tema da sexualidade se inseriu definitivamente, como conteúdo e portanto, dentro das escolas, a partir dos livros didáticos de ciências, ou seja, “numa perspectiva disciplinar ministrado pelos professores de biologia com um enfoque biológico”.

Neste contexto da Base Nacional Curricular Comum, apesar do progresso no referencial escrito, não se encontra nenhuma instrução para os profissionais de como o assunto, por consequência, deixando a escolha dos docentes a forma como o tema será trabalhado para com os jovens, seja de forma generalizada, como a doença em si. Neste sentido, o foco da temática não está no desenvolvimento dos adolescentes e sim no cumprimento do conteúdo. A partir do exposto, segundo Ribeiro (s/a, s/p):

A dificuldade que a escola traz se fundamenta na ideia de que esse tema deve ser tratado exclusivamente pela família. De fato, mesmo sem querer, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e adolescentes. Mesmo aquelas que não falam abertamente sobre esse assunto, estão passando valores, e, mesmo no “discurso silencioso”, estão mostrando como a sexualidade é vista/vivida dentro de casa.

Em concordância com a última pesquisa informal coordenada pelo CENPEC, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e o Instituto Datafolha, no presente ano de 2022, a mesma buscou a opinião dos brasileiros sobre temas ligados à educação e entre eles a educação sexual. Para

96% dos entrevistados a escola deve fornecer informações sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), ao total 2.090 brasileiros com idades entre 16 anos ou mais de 130 municípios do país participaram do estudo, 96% concordam que os alunos aprendam sobre como prevenir uma gravidez indesejada. Questões sobre abuso sexual também foram levantadas no estudo, no qual 91% da população participante diz concordar sobre a educação sexual auxiliar na proteção das crianças e adolescentes contra a violência sexual (CENPEC, 2022).

Em relação ao que diz a BNCC, fazem parte dos objetivos do documento normativo para as redes de ensino e suas instituições públicas e privadas para os alunos do oitavo ano na disciplina de ciências (2017, p.349):

Analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso.  
Comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST).  
Identificar os principais sintomas, modos de transmissão e tratamento de algumas IST (com ênfase na AIDS), e discutir estratégias e métodos de prevenção. Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética).

No contexto da BNCC, constata-se que os alunos serão ensinados sobre sexualidade no ensino fundamental, em relação ao ensino médio, o único objetivo que faz menção à saúde é “Identificar e analisar vulnerabilidades vinculadas aos desafios contemporâneos aos quais as juventudes estão expostas, considerando as dimensões física, psicoemocional e social, a fim de desenvolver e divulgar ações de prevenção e de promoção da saúde e do bem-estar” (Base Nacional Curricular Comum, 2017, p.119). Entendendo-se que parece ser uma opção dos professores mencionar e se aprofundar no assunto educação sexual.

Saraiva (2019, p.3664) discute que a educação sexual deve ser um conteúdo para todas as disciplinas, sendo este um tema transversal estabelecido pelo próprio Ministério da Educação. Contudo, mesmo que muitos professores compreendam a importância e necessidade de abordar, promover e discutir essa temática para com os alunos, na prática, muitos profissionais, educadores e pais se sentem despreparados e/ou com dificuldades em como dialogar esse assunto com os jovens. Dessa forma, sendo a área da ciência e biologia bastante abrangente e diversa, na qual, são estudados muitos organismos, formas de vida, fisiologia e anatomia, entre outros, e o corpo humano é uma delas, logo, falar sobre processos

reprodutivos faz parte dessa matéria, entre eles a educação sexual. Nesta perspectiva, os temas transversais, por exemplo: Ética, Saúde, Meio Ambiente, Educação Sexual, nem sempre são ensinados, em conjunto entre as áreas de conhecimento, por meio de uma abordagem multidisciplinar.

Complementa Saraiva (2019, p.3665), em relação ao ensino acadêmico dos docentes, não ocorreram mudanças legais nos currículos universitários aderindo a educação sexual na formação dos professores. “Trata-se de um tema complexo que abrange uma vasta gama de questões, na medida em que, inclui a autoestima, o respeito à diferença, questões relativas às mudanças da puberdade, bem como a tomada de uma decisão responsável sobre a iniciação sexual (SARAIVA, 2019, p. 3665 apud ANDRADE et al., 2009; SILVA et al., 2013).

Outro ponto relevante em relação à educação sexual, quanto às aplicações de ações e atividades no momento da construção da didática aplicada no PSE. As práticas precisam ser pensadas de acordo com contexto cultural de cada instituição da realidade social da comunidade em que a mesma está inserida, ponderando linguagem oral, escrita e visual, bem como os recursos utilizados, para que sejam significativas, relevantes e alcancem o público naquele meio social. Uma vez que foram observadas diferenças entre estudos realizados em escolas públicas e privadas, bem como entre o sexo masculino e feminino, de acordo com a SIDRA, Sistema IBGE de Recuperação Automática, no que tange ao percentual de escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental, dentre aqueles que já tiveram relação sexual, que usaram algum método para evitar gravidez e/ou Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) na última relação sexual, 59,9 é o percentual masculino que frequentam instituições públicas e 72,3 feminino, enquanto em estabelecimentos de ensino privados os números são de 64,2 para os meninos e 69,1 para as meninas.

Pode-se perceber também, divergências entre adolescentes do sexo masculino e feminino, entendendo que o planejamento das ações do PSE considera: “o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde do escolar e a capacidade operativa em saúde do escolar” (Ministério da Educação, s/a, s/p), torna-se interessante levar em consideração no desenvolvimento das atividades práticas as diferenças culturais e sociais ainda existentes e desmistificar os estereótipos sexuais. Nessa perspectiva, conforme Mendes e Costa (2017, p.10), “é relevante

que o paciente tenha acesso às informações corretas; porém, quando se trata de crenças e valores, sabe-se que apenas a informação não é o bastante”.

Além disso, compreende-se que a escola seja um local privilegiado de implementação de políticas públicas que promovam a saúde de crianças e adolescentes. Contudo, neste mesmo espaço a adolescência de jovem é marcada, e o seu desenvolvimento acontece, através dos conflitos internos e externos, interferindo na forma como o mesmo se vê, se desenvolve física e mentalmente, toma suas decisões, sente e vivencia a sexualidade. Assim, de acordo com Santos e colaboradores (2019, p.197), é necessário para os jovens desenvolver “habilidades comunicativas, autonomia, responsabilidade e segurança para liderar e administrar atividades de promoção de saúde”.



### **2.3 AÇÕES DESENVOLVIDAS QUE CONTEMPLAM A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS**

São ações desenvolvidas pelo governo, com o intuito de divulgar informações para o público jovem, instruí-los e preveni-los: Cadernetas de Saúde do Adolescente, os Programas de Saúde nas Escolas e também os canais de denúncia.

Desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, as Cadernetas de Saúde do/da Adolescente, lançadas em 2008, contém conteúdos sobre como os jovens podem zelar pela sua saúde e se manter saudável, nesta se encontram temas como doenças, puberdade e as mudanças que acontecem no corpo masculino e feminino, entre outros assuntos relacionados a promoção de saúde, como vacinas, higiene bucal, educação sexual e alimentar.

Contudo, apesar desses materiais envolverem a saúde sexual e serem didaticamente desenvolvidos para adolescentes, atualizações não são realizadas desde o ano de 2013. Vale ressaltar que a cartilha tem o objetivo de alcançar adolescentes de 10 a 19 anos com um único material, sem distinguir o dialeto ou fazer distinção entre as idades.

Ainda em relação às ações desenvolvidas pelo governo, como abordado anteriormente, existem o programa Saúde da Escola (PSE) e o projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). De acordo com o Ministério da Educação, o PSE engloba várias ações, sendo uma delas o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE). Os objetivos do SPE têm como propósito promover a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, reduzindo seu nível de vulnerabilidade às ISTs e gravidez não planejada. Já o PSE trabalha a saúde em um conceito mais abrangente, para além da prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), mas também nutricional, bucal, oftalmológica, auditiva, prevenção da violência, entre outros (SILVA & SILVA, 2011, p.670). Vale ressaltar outro ponto das estratégias do SPE, "a política não define qual profissional - ou "jovem formador" - vai trabalhar o tema na escola. Consta apenas que estratégias contínuas realizadas por sujeitos que se identifiquem com o tema, tendem a ter maior êxito" (RUSSO & ARREGUY, 2015, s/p). Dessa maneira, os próprios adolescentes podem trabalhar a temática.

A nível estadual, projetos de Lei voltados para a promoção da educação sexual no meio escolar foram votados no Estado de São Paulo. A proposta de Lei de

número 1095/2017 diz respeito a jovens e adolescentes paulistas sobre a política de prevenção de IST/HIV/Aids. São objetivos do projeto, colocar em prática novas estratégias, proporcionar informações de qualidade, fornecer insumos e também o acesso dos estudantes, principalmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade, aos serviços de saúde (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS, 2020).

Iniciativas isoladas foram e continuam sendo desenvolvidas, projetos como o Clica Já, que busca ensinar educação sexual para os jovens através de um programa interativo disponível na internet (web site <http://clicaja.pt.vu>). Segundo os criadores da proposta “os estudantes podem, além de aceder à informação, colocar questões e dúvidas que serão respondidas por profissionais de saúde num curto espaço de tempo (1 a 3 dias), com total garantia de confidencialidade e anonimato” (COIMBRA, 2012, p. 129).

Estudos científicos vêm sendo realizados nas escolas sobre a educação sexual, com diferentes abordagens e técnicas. Russo e Arreguy desenvolveram, no ano de 2015, um estudo de campo focado na distribuição de preservativos masculinos no meio escolar e a percepção dos jovens e profissionais docentes quanto a essa proposta. De acordo com os autores, “distribuir preservativos masculinos nas escolas faz parte da política pública de prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST/Aids) e da gravidez adolescente, intitulado “*Saúde e Prevenção nas Escolas*” (RUSSO & ARREGUY, 2015, s/p). Como resultado, os mesmos perceberam que divergências e convergências entre as opiniões dos participantes. Em relação aos professores, a estratégia de distribuição desses insumos poderia resultar em um gasto financeiro desnecessário, bem como, muitos professores correlacionaram essa ação como um estimulante aos jovens para ter uma vida sexualmente ativa. Já para os alunos, o fato de possuir o preservativo não foi relacionado como um incentivo para usá-lo.

Percebe-se que a mesma medida que existem programas e projetos desenvolvidos a nível federal e, em alguns casos, Estadual, na qual milhares de instituições estão vinculadas, ainda encontram-se muitas lacunas na aplicação e desenvolvimentos dos mesmos. Todavia, muitos Estados e municípios entendem e percebem a necessidade de mais iniciativas a respeito da educação sexual. Contudo, evidencia-se um cenário no qual o tema é tratado de forma fragmentada

em cada região e escola, ou seja, cada um desenvolve a sua maneira, valores e critérios.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, se evidencia que o governo encara esse tema com importância, no qual o Ministério da Saúde vem desenvolvendo propostas e parcerias com o Ministério da Educação. Embora as estratégias do Ministério da Saúde e da Educação sejam bem desenvolvidas teoricamente, contudo, nem sempre a escrita é efetiva na atuação prática. Troca de informações intersetoriais e comunicação entre as diferentes esferas do governo, tanto na área da educação como na da saúde, é um ponto importante para a efetivação, fiscalização e auxílio para com a aplicação das estratégias e programas voltados para a educação sexual.

Ainda que os docentes estejam de acordo que é necessário falar de educação sexual no meio escolar, os mesmo apresentam ressalvas e inseguranças a respeito de como lidar com o assunto para com os jovens, tal como os pais e responsáveis dos alunos.

Frente ao conteúdo discutido, encontra-se claro a necessidade de sensibilizar os profissionais docentes e da área da saúde sobre a importância da educação sexual e enfatizando a relevância de um atendimento livre de julgamentos, valores morais pessoais e opiniões é fundamental para estabelecer uma relação de confiança e respeito com os adolescentes e jovens e, sendo assim, resultados significativos. Fornecer incentivos, formações e subsídios para que os professores se sintam mais preparados e confortáveis para abordar a temática em sala de aula.

Sabe-se que os alunos apresentam interesse a respeito da temática, demonstrando seu interesse sobre assuntos relacionados ao sexo e a sexualidade de diversas formas, fisicamente, verbalmente, entre outras. Vale salientar que faz parte da fase de vida hormonal, puberdade, em que os adolescentes se encontram, entre 12 e 18 anos, com comportamento de rebeldia, fato este que não pode ser ignorado ou procrastinado.

Visto que existem os programas, projetos, profissionais e o alcance dos jovens, necessita-se apenas de um espaço de acolhimento, diálogo, livre de julgamentos, valores, crenças e opiniões. No qual dúvidas sejam esclarecidas, para que os alunos possam viver sua adolescência e sexualidade de forma saudável e segura. Para que a educação sexual seja satisfatória faz-se necessário a participação de toda a comunidade escolar, especialmente os familiares, juntamente

com professores e profissionais de saúde preparados.

Nessa perspectiva, a escola é o ambiente mais propício para realizar ações de promoção à saúde, uma vez que ela reúne grupos variados de adolescentes e adultos, integrando o setor de saúde, o qual tem o suporte científico a respeito da temática, dessa maneira, beneficiando a todos os envolvidos. Uma vez que, à proporção que os jovens, responsáveis e professores têm acesso a informações e sanam suas dúvidas o seu nível de vulnerabilidade é reduzido. Posto isso, a participação de profissionais da equipe de saúde é indispensável. Não cabe responsabilizar a tarefa de educação sexual à instituição de ensino, aos familiares, médicos ou ao governo, deve-se sensibilizar pela saúde dos adolescentes e jovens e agir todos em conjunto.

Em relação às limitações enfrentadas na presente pesquisa, destaca-se a ausência de aplicação prática, em formato de entrevista, para com os profissionais da saúde, professores e alunos, relacionando suas percepções a respeito do tema com o material bibliográfico levantado.

Finalizando, recomenda-se para estudos futuros a incorporação de coleta de dados para com as partes diretamente envolvidas e afetadas pela temática educação sexual ou com a falta da mesma. Por fim, sugere-se também uma comparação entre o Brasil e outros países, a fim de estudar a forma como diferentes culturas entendem o assunto e o desenvolvem, ou não.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. **Projeto de Lei que visa promover educação sexual nas escolas do estado de São Paulo será votado nessa quinta-feira (24)**. 2020. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/65785/>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 03 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Ensino Médio. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Saúde nas Escolas. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/14578-programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2021. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2021/boletim-epidemiologico-hivaids-2021>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Indicadores e Dados Básicos do HIV/AIDS nos Municípios Brasileiros. Disponível em: <<http://indicadores.aids.gov.br/>>. Acesso em: 05 jul. 2022.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. Política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências: Portaria MS/GM n.º 737 de 16/5/01, publicada no DOU n.º 96 seção 1E de 18/5/01 / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. – 2. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2005. 64 p. – (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: <[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_reducao\\_morbimortalidade\\_acidentes\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_reducao_morbimortalidade_acidentes_2ed.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRITTO, Débora Souza de. **Maioria da população defende educação sexual e igualdade de gênero nas escolas**. CENPEC - Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. 2022. Disponível em: <<https://www.cenpec.org.br/noticias/maioria-da-populacao-defende-educacao-sexual-e-igualdade-de-genero-nas-escolas>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (2008). **Mães adolescentes**. Revista Ciência Hoje – Sociedade Brasileira para o Progresso da

Ciência, 53.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe. **Nova publicação da CEPAL analisa aumento da fecundidade não desejada entre adolescentes latino-americanas**. 2017. Disponível em:

<<https://www.cepal.org/pt-br/noticias/nova-publicacao-cepal-analisa-aumento-fecundidade-nao-desejada-adolescentes-latino>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

CICCO, Roberta Ribeiro De; VARGAS, Eliane Portes. **As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) em livros didáticos de biologia: aportes para o ensino de ciências**. Revista Electrónica de Investigação em Educação em Ciências. Volume 7 Nro. 1 Mês julho pp. 1-12. 2011. Disponível em:

<<http://www.scielo.org.ar/pdf/reiec/v7n1/v7n1a02.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

COIMBRA, José Antônio de Jesus. **“CLICA JÁ” – EDUCAÇÃO SEXUAL EM MEIO ESCOLAR**. Millenium, 43. 2017. Pp. 127-131. Disponível em:

<<https://repositorio.ipv.pt/bitstream/10400.19/2222/1/8.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2022.

FUNDACE – Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia. **‘HIV’ custa R\$ 10,4 mil ao SUS na região**. 2018. Disponível em: <<https://blog.fundace.org.br/hiv-custa-r-104-mi-ao-sus-na-regiao/>>. Acesso em: 04 jun. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE: Cerca de 1 milhão de pessoas contraíram infecções sexualmente transmissíveis no Brasil em 2019**. 2021. Disponível em:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/cerca-de-1-milhao-de-pessoas-contrairam-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-no-brasil-em-2019>>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **Educação Sexual: Princípios para ação**. 2011. Disponível em:

<[https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997\\_EDUCACAO\\_SEXUAL\\_PRINCIIOS\\_PARA\\_A\\_ACAO\\_Doxa\\_v15\\_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Ana-Claudia-Maia/publication/341262997_EDUCACAO_SEXUAL_PRINCIIOS_PARA_A_ACAO_Doxa_v15_n1/links/5eb60a43299bf1287f77decf/EDUCACAO-SEXUAL-PRINCIIOS-PARA-A-ACAO-Doxa-v15-n1.pdf)>. Acesso em: 01 fev. 2022.

MENDES, Sólton Ferreira Araújo; COSTA, Karla Lais Ribeiro da. **ESTRATÉGIA EDUCATIVA SOBRE SAÚDE SEXUAL E PREVENÇÃO DE IST/DST**. 2017.

Disponível:

<<https://ares.unasus.gov.br/acervo/html/ARES/19785/1/S%C3%93LON%20FERREIRA%20ARA%C3%9AJO%20MENDES6.pdf>>. Acesso em: 03 jul. 2022.

OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde. **Saúde e sexualidade de adolescentes**. Construindo equidade no SUS. Brasília, DF: OPAS, MS, 2017.

Disponível em:

<[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_sexualidade\\_adolescente\\_construindo\\_equidade\\_sus.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_sexualidade_adolescente_construindo_equidade_sus.pdf)>. Acesso em: 02 jul. 2022.

Pan American Health Organization, United Nations Population Fund, and United Nations Children's Fund. **Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean**; 2017. Disponível em: <<<http://iris.paho.org/xmlui/bitstream/handle/123456789/34493/9789275119761-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y&ua=1>>>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

PROVENZI, Julia. **Educação sexual é fundamental para combater o abuso infantil**. 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/educacao-sexual-e-fundamental-para-combater-o-abuso-infantil/>>. Acesso em: 16 ago. 2022.

RIBEIRO, Marcos. **Educação sexual**. Educação sexual e metodologia. Reprolatina – Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. Disponível em: <[http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais\\_apoio/textos\\_de\\_apoio/Educacao\\_Sexual.pdf](http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Educacao_Sexual.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RUSSO, Kalline; ARREGUY, Marília Etienne. **Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar**. Physis 25 (2) Apr-Jun 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/physis/2015.v25n2/501-523/>>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SAFIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa. LOPES; Roseli Esquerdo. **Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais**. Parte II - Artigos. Saude soc. 24 (2) Apr-Jun 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/sausoc/2015.v24n2/620-632/pt/>>. Acesso em: 02 jul. 2022.

SANTOS, Ana Carolina Drehmer; GASPARIM, Caroline Adriana; MONTEIRO, Gabriella Marques; BRITO, Murilo Ribeiro; SILVA, Vanessa Alvez Mora da. **Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência**. REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MÉDICA 43 (4) : 193-199; 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbem/a/rrMFN7FbPMF9JP93XGQMgVy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 04 jul. 2022.

SANTOS, Leidiany Freitas dos. **Estudo sobre a importância da educação sexual nas escolas como prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (IST's)**. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2238/1/Leiany%20F.%20Final.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2022.

SARAIVA, Rafaela; HAMUD, Jonas Ambrosio; SPRINGER, Kalina Salaib. **A educação sexual no ensino da geografia**. 4º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia Políticas, Linguagens e Trajetórias Universidade Estadual de Campinas, 2019. Disponível em: <<https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/anais14enpeg/article/view/3187>>. Acesso em: 08 jun. 2022.



SIDRA, Sistema IBGE de recuperação Automática. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6056#resultado>>. Acesso em 03 jul. 2022.

SIDRA, Sistema IBGE de recuperação Automática. **Pesquisa Nacional de Saúde Escolar**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em:  
<<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6059>>. Acesso em 03 jul. 2022.

SILVA, Roselani Sodré da; SILVA, Vini Rabassa da. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. ADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/QHfYfV7nPqyJZwV7KTSjqBs/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 06 jul. 2022.

STARLLES, Wender. **Jovens são a maioria entre os novos casos de aids no Brasil**: Pandemia de covid-19 piorou o acesso de medicamentos para HIV em países pobres. 2020. Disponível em:  
<<https://guiadoestudante.abril.com.br/atualidades/jovens-sao-a-maioria-entre-os-novos-casos-de-aids-no-brasil/>> Acesso em: 01 fev. 2022.

VIEIRA, Priscila Mugnai; MATSUKURA, Thelma Simões; VIEIRA, Camila Mugnai. **Políticas Públicas e Educação Sexual**: Percepções de profissionais da saúde e da educação. 2017. Disponível em:  
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2017v14n3p69/34879>>. Acesso em: 01 fev. 2022.